

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.PUBLISHER Luis Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Fonce de Leon e Jádila Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Helio Schwertman,
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Laiza Helena Trajano,
Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pessio Arão, Ronaldo Lemos,
Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Fátu
DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento
e novas negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),
João Cestari (tecnologia) e Marcelo Rêmez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Déficit de reforma

Em crise, municípios sucumbem a pressões de servidores e negligenciam mudança previdenciária

Com enorme atraso, o Congresso aprovou em 2019 uma reforma previdenciária que, entre outras medidas, estabeleceu idades mínimas para as aposentadorias. Mais de quatro anos depois, é escaudando que a maior parte dos entes federativos ainda não tenha adotado as normas básicas para a viabilidade das finanças públicas. Segundo dados reunidos pelo governo federal, dos 2.146 municípios e estados que dispõem de regimes próprios de Previdência para seus servidores, somente 724, ou 34,1%, adotaram ao menos 82% das regras para os benefícios fixados na reforma. Dois terços deles, portanto, seguem em falta.

Entre os recalcitrantes estão máquinas portadoras como as do Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro capital e Belo Horizonte. A irresponsabilidade é concentrada, entretanto, nas cidades do interior — de 2.093 com regimes próprios, só 701 fizeram reformas amplas. Os dados evidenciam a força do lobby dos servidores, das metrópoles aos grótes. Nas negociações para a reforma de 2019, os militares, os estados e os municípios foram excluídos das mudanças, acusando-se que os entes federativos tomariam suas medidas para se adequar à nova Previdência. A quase totalidade adotou a alíquota mínima de 14% para as contribuições do funcionalismo, o que é um mandamento constitucional.

Mulheres a postos

Alegação do Exército de que fisiologia feminina impede atuação em combate carece de respaldo

Para o Exército brasileiro, a fisiologia feminina compromete o desempenho de mulheres, razão pela qual certos postos de combate devem permanecer fechados a elas. Esse arrazoado faz parte da documentação que o Exército apresentou à Advocacia Geral da União para embasar a posição do governo em ações diretas de inconstitucionalidade, em tramitação no Superior Tribunal Federal, que contestam o veto a mulheres em algumas posições nas Forças Armadas. A AGU acolheu a orientação e se manifestou contra a ampla concessão de licença feminina para a carreira militar — sem mencionar a fisiologia. Contudo a experiência de nações da Otan e de outras como Austrália e Israel mostra que, de um modo geral, mulheres estão aptas a servir em funções de combate. Resalte-se que são países cujas tropas participaram de guerras, algo que os militares brasileiros felizmente não fazem há mais de um século. Ainda que se argumente que a força física é atributo essencial para determinadas posições, como tropas de assalto, vetar mulheres não constitui boa medida. A seleção deve dar-se em bases individuais, não por categorias demográficas. É preciso estabelecer qual o nível de força necessário

Os ajustes para o controle da despesa, porém, foram negligenciados. As consequências são mais que conhecidas, a despeito do negociacionismo de tom ideológico que ainda degraça o debate sobre o tema. Com o aumento da longevidade e o envelhecimento da população, as despesas com aposentadorias e pensões crescem continuamente e tomam o espaço econômico de prioridades como educação, saúde e segurança públicas.

Não é coincidência que, passados os impactos do generoso socorro financeiro recebido na pandemia e do salto da arrecadação após a crise sanitária, os municípios tenham mais uma vez mergulhado em crise financeira. Depois de um extraordinário superávit fiscal de R\$ 15,9 bilhões em 2022, excluídos da conta os gastos com juros, o conjunto das prefeituras amargou um déficit de R\$ 12,5 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro do ano passado.

Como a esmagadora maioria delas não tem acesso a crédito, o rombo ameaça diretamente a prestação de serviços à população. A saída, em geral, é fazer pressão política por ajuda da União. Desta vez, ao menos, foi apresentada uma proposta de emenda à Constituição que obriga os municípios a seguirem as regras previdenciárias federais. É um trase reconhecimento de que a política local falhou em equacionar a questão.



A África do Sul tem razão

Thiago Amparo

O fato de o Hamas ter cometido crimes brutais — o sequestro de civis israelenses, ainda em curso, é um deles — não exclui Israel de provar genocídio, tampouco autoriza o país a punir coletivamente Gaza. De zessões mil mulheres e crianças foram mortas em Gaza, 1,9 dos 2,1 milhões de habitantes deslocado, a cada 12 minutos, uma criança é morta. Se Israel quiser de fato que o Hamas fosse punido (como deveria sê-lo), aceitará a jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI) e com ele cooperará — a única corte internacional hoje que poderia punir indivíduos, inclusive o Hamas. O fato de Israel não o fazer revela a hipocrisia que desdenha de qualquer supervisão internacional, enquanto reclama que ninguém pune o Hamas. A África do Sul não é uma novata irresponsável, embora os racistas de plantão queiram nos fazer crer que é. O país tem a melhor Constituição do mundo e um corpo de juristas de fazer inveja a qualquer um. As 84 páginas da petição sul-africana mostram que não se trata de amadorismo nem antissemitismo, que sempre deve ser combatido. A África do Sul começa se solidarizando com as vítimas israelenses do dia 7 de outubro, como deveria.

A coroação de Donald Trump

Bruno Boghossian

Ron DeSantis gastou milhões de dólares para convencer os republicanos a indicar um candidato um pouco mais normal do que Donald Trump. Nikki Haley defendeu muitas das propostas do ex-presidente, mas disse que era hora de deixar o caso para trás. O primeiro foi mil do nas eleições alternativas. A segunda deve ter o mesmo destino. Se a escolha de Trump como candidato em 2024 parecer uma pegadinha e sua derrota em 2022 souo com um alerta, a providência indica que o ex-presidente para disputar a Casa Branca em 2024, com boas chances de vitória, com uma transformação decisiva da direita americana. Eleitores e elites do Partido Republicano e o extremismo trumpista sem olhar para trás. Mesmo políticos com credenciais firmes da direita — corte de despesas, revisão de gastos sociais, diplomacia linha dura — passaram a ser encarados como opções tediosas em comparação com um personagem como Trump. O ex-presidente instrumentalizou

Porta afora, alegremente

Ruy Castro

"Vestido de Noiva" (1943), peça de Nelson Rodrigues, começa com o atropelamento da protagonista, a tentativa de salvá-la na mesa de cirurgia e sua morte. "Valsa nº 6" (1951) é o monólogo de uma menina morta. "A Falecida" (1953), a história de uma mulher que quer um enterro de luxo, com canoas de penacho. O romance-folhetim "Asfalto Selvagem" (1959), uma festa de mortes naturais, suicídios e assassinatos, sempre por amor. Toda a obra de Nelson Rodrigues, em teatro, ficção ou crônica, é uma galeria de vivas (algumas, porém, honestas), mulheres de luto, crianças-fantasma e figuras espectralizadas. Sua vida, aliás, foi definida pelo assassinato de seu irmão e consequente morte de seu pai. E ninguém esquevia mais por velórios. A morte era o grande assunto de Nelson. Por isso, não me surpreende que se tivessem de roubar algum dos três Nelsons de bronze no Rio (a estátua na praça preta Copacabana, o busto na sede do Fluminense

O que ele não poderia dizer

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora da Cebria e professora aposentada da USP sobre o quinquênio

Em toda parte, a radicalização sempre foi um empreendimento das lideranças políticas, gerido por seus seguidores mais ativos. No Brasil, desde as eleições de 2014, a disputa pelo poder se encorpou. O impeachment de Dilma Rousseff e o terremoto no campo da direita que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro só fizeram nutrir a radicalização de posições. No governo, o ex-capitão dedicou-se a isso. O resultado do pleito de 2022 e a derrota da intempestiva do R/1 sustentam a crença confortável de que tudo aquilo foi parar na proverbial lata de lixo da história. Um governo de amplíssima coalizão, chefiado por um grande negociador, parece ter sucesso em atrair as forças da direita mais pragmática. O apoio significativo do público sustenta os esforços de pacificação. Contudo, seu êxito exige, de um lado, isolar a extrema-direita adepta do autoritarismo; de outro, educar para a tolerância uma parcela da esquerda que se quer democrática, mas, na hora dos votos ver, lhe é refratária.

Aqui, a clivagem da retórica radicalizada define-se em quatro pontos. Alguns são velhos frequentadores do repertório da direita, como corrupção política e segurança pública. Outros são de incorporação mais recente, como os valores que guiam comportamentos privados — quem diria! — até assuntos de política externa. Cuba e Venezuela tornaram-se escalas inevitáveis no debate polarizado que agita especialmente os guerrilheiros das redes sociais, de todos os lados do espectro. Mesmo que sejam temas de escassa importância na agenda externa do país. O conflito Israel-Palestina transformou-se em novo marco por onde passa a linha de fogo que, entre nós, separa os ativistas radicalizados dos dois campos. O debate é cheio de som e fúria, poucas luzes e relevância zero para o futuro do Oriente Médio. Tampouco deixa espaço para uma avaliação bem-informada do que está em jogo e das soluções que, talvez — apenas talvez — conduzam ao convívio civilizado entre dois povos que disputam a mesma terra. Pois foi nesse ambiente abrasivo que se propagou a ideia de que o ex-deputado petista José Genoino defendeu o boicote a "empresas de judeus" pela guerra devastadora que Israel move aos palestinos de Gaza, em resposta ao massacre de civis judeus perpetrado pelo Hamas em outubro último. Sendo o declarações escandalosamente racistas, é até possível supor que a intenção fosse pregar o boicote a empresas israelenses. O difícil é entender por que um político experiente — de félica democracia alentejada — resolveu alimentar a intolerância que aviva a ideal seria que poderia fosse a preliminar do Fla-Flu?